

ATA NÚMERO 132/XII/2ª SL

11.junho.2013 – 14h30

Aos 11 dias do mês de junho de 2013, pelas 14:30 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na sala 8, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação de ata

3. Comunicações do Presidente

4. Audiência com um grupo de Parlamentares de Timor

5. Audição da APOM, ICOM, ICOMOS, por requerimento do BE, que requer a audição de várias entidades sobre o balanço das alterações relativas à tutela do património cultural

6. Projeto de Lei n.º 414/XII – Cria o Arquivo Sonoro Nacional (PCP)

- Apresentação na Comissão pelo autor da iniciativa
- Deputado autor do parecer: A indicar pelo PSD

7. Iniciativa europeia COM (2013)311 - Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa à restituição de bens culturais que tenham saído ilicitamente do território de um Estado-Membro

- Apreciação preliminar
- Relator: A indicar pelo PS

8. Outros assuntos

9. Data da próxima reunião

Dia 12.junho.2013 – 10h00

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A proposta de Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência da deputada do PEV.

2. Aprovação de ata

A ata da reunião anterior foi aprovada por unanimidade dos deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência da deputada do PEV.

3. Comunicações do Presidente

3.1. O Presidente informou que a audição do Secretário de Estado da Cultura, prevista para 12 de junho e que ficou inviabilizada por motivos da agenda daquele, foi reagendada para o dia 2 de julho.

3.2. Pedidos de audiência

- Tendo a presidente do Conselho Nacional de Educação manifestado disponibilidade para apresentar, na Comissão, um balanço final da atividade desenvolvida pelo CNE durante o seu mandato, foi consensualizado fazer o agendamento dessa reunião para o dia 18 de junho, de manhã (à tarde haverá plenário).
- O Presidente da Comissão informou que foram recebidos pedidos de audiência da Associação de Professores de Matemática e da ANPRI - Associação Nacional de Professores de Informática, as quais vão ser recebidas pelo GT Currículos, em 12/6 e 14/6, respetivamente.
- Informou ainda que três deputados da Comissão de Assuntos Sociais da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe estariam na AR na semana seguinte, no âmbito de uma ação de Cooperação, tendo-se consensualizado que seriam recebidos na reunião da Comissão de Educação, Ciência e Cultura no dia 18, às 10h.

3.3. Baixa de iniciativas

- O Presidente da Comissão informou que baixou à Comissão o Projeto de Resolução 749/XII (PCP), *Manutenção do Programa de Matemática* e que a discussão do mesmo estava agendada para a reunião do dia 12/6. Reiterou ainda que o GT dos Currículos receberia a Associação de Professores de Matemática no dia 12/6, às 9h.
- Informou ainda que baixou igualmente à Comissão o Projeto de Resolução 751 (BE), *Recomenda ao Governo que garanta as necessidades permanentes de professores nos estabelecimentos públicos de ensino artístico especializado da música e da dança*, cuja discussão iria ser agendada para 18/6.

3.4. Distribuídos os relatórios das seguintes audições/visitas

Indicou depois que tinham sido distribuídos os relatórios das audições do Grupo de Trabalho do Acordo Ortográfico ao Professor Doutor Ponces de Carvalho, das Escolas João de Deus e das Dr.ªs Lina Varela e Ana Sofia Veigas, da Direção Geral de Educação. Foi também referida a distribuição do relatório da visita à PLURAL Entertainment. Não foi proposta nenhuma alteração aos referidos relatórios.

3.5. O Presidente da Comissão informou que se encontrava agendada uma visita do GT da Educação Especial ao Centro de Recursos para a Inclusão Digital, do Instituto Politécnico de Leiria, no dia 17 de junho, 2.ª feira, com saída da AR às 09h30.

3.6. E bem assim que se encontrava agendada para o dia 19 de junho (4.ª feira), a visita à SP Televisão, tendo indicado o programa da mesma e solicitado a indicação dos Deputados que pretendiam participar, para se diligenciar o seu transporte.

4. Audiência com um grupo de Parlamentares de Timor

Após as boas vindas pelo Presidente da Comissão, o Sr. Deputado Virgílio Hornai do Parlamento de Timor agradeceu a colaboração e o apoio da Assembleia da República àquele Parlamento, o apoio e formação de professores, para que o português seja cada vez mais conhecido em Timor-Leste e pediu ao Parlamento e ao Governo de Portugal que apoiem a reconstrução de Timor.

O Sr. Deputado Amadeu Albergaria (PSD) cumprimentou a delegação de deputados do Parlamento de Timor, referiu que a Comissão de Educação, Ciência e Cultura (CECC) da Assembleia da República tem competências nas matérias da Educação, Ciência, Cultura, Juventude e Desporto, faz 4 audições de cada membro do Governo por Sessão Legislativa e informou que na audição do Ministro da Educação e Ciência, que tinha tido lugar na semana anterior, tinham falado sobre o projeto das escolas de referência em Timor, tendo pedido à delegação de deputados timorenses a avaliação da aplicação desse projeto.

O Sr. Deputado Rui Pedro Duarte (PS) cumprimentou a delegação, indicou os temas que a CECC abrange e colocou-se à disposição para os esclarecimentos que quisessem, naquele dia ou mais tarde.

O Sr. Deputado Michael Seufert (CDS-PP) cumprimentou a delegação, manifestou emoção pelo funcionamento das instituições de Timor, fez referência ao Projeto Parlamento dos Jovens e disponibilizou-se para todo o apoio necessário.

O Sr. Deputado Miguel Tiago (PCP) cumprimentou a delegação e desejou-lhe os melhores resultados na sua presença em Portugal, a nível do Parlamento e em geral.

A Sr.^a Deputada Catarina Martins (BE) cumprimentou a delegação, informou que recentemente uma outra delegação esteve na Comissão de Ética e foi muito importante o debate que tiveram em relação ao Regimento e ao Estatuto dos Deputados nos 2 Parlamentos e as visões diferentes que se verificaram. Em relação ao projeto Parlamento dos Jovens, referiu que o mesmo é desenvolvido por uma equipa própria, em ligação com a Comissão de Educação, Ciência e Cultura e realçou a capacidade do mesmo de fazer chegar aos estudantes mais informações sobre o funcionamento do Parlamento e do Estado em geral

O Sr. Deputado Eduardo Barreto fez referência aos anos da Resistência e à importância do Português nesse período, enquanto meio de comunicação para o Mundo. Solicitou ainda apoio ao nível a formação de professores, no sentido do desenvolvimento da língua portuguesa em Timor.

O Sr. Deputado Eládio de Jesus referiu-se às dificuldades sentidas pelos professores de Português, nomeadamente ao nível dos salários e das comunicações, pelo que considerou fundamental melhorar as condições de instalação destes profissionais. Sublinhou ainda a necessidade de acelerar o processo de aprendizagem do Português e fez alusão à falta de livros e à consequente dificuldade de oficialização da língua portuguesa.

O Sr. Presidente da Comissão considerou que Portugal tem a obrigação de apoiar o povo timorense e sugeriu o agendamento de uma reunião com o Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar. Reiterou ainda a disponibilidade da Assembleia da República para a partilha de experiências e para o reforço da ação do Governo.

A documentação da audiência encontra-se disponível na [página da Comissão, na Internet](#).

5. Audição da APOM, ICOM, ICOMOS, por requerimento do BE, que requer a audição de várias entidades sobre o balanço das alterações relativas à tutela do património cultural

Estiveram presentes, em representação do ICOMOS, do ICOM e da APOM, a Dra. Ana Paula Amendoeira, o Dr. Luís Raposo e o Dr. João Neto, respetivamente.

A Sra. Deputada Catarina Martins (BE) apresentou o requerimento, lembrando a audição realizada há um ano atrás, antes da aprovação da legislação, cujas previsões vieram a revelar-se acertadas. Considerando que existe falta de uma visão estratégica, no que se refere às questões do património, colocou algumas questões, designadamente sobre se as preocupações relativas às alterações na área do património se concretizaram, sobre o estado de conservação do património, sobre a saída de obras de grande valor, como por exemplo, o quadro de Crivelli, e ainda sobre a investigação nesta área.

A Dra. Ana Paula Amendoeira (ICOMOS) fez uma breve exposição sobre as funções e a missão do ICOMOS, esclarecendo que o ICOMOS Portugal é um organismo de filiação internacional, no quadro da UNESCO. Fez referência a um documento que resultou da discussão pública sobre as transformações na orgânica do Património Cultural e dos Museus, e que contém as principais preocupações relativamente a estas matérias e que, em síntese se apresentam: ausência, em todo o processo, de consulta de órgãos consultivos institucionais (por exemplo o Conselho Nacional de Cultura) e de associações representativas do setor; sobreposição de competências relativamente ao património arquitetónico; excesso de burocratização, nomeadamente nos processos de classificação. Fez ainda referência ao incumprimento da legislação em vigor, apontando os seguintes casos: Decreto-Lei n.º 138/2009, que *cria o Fundo de Salvaguarda do Património Cultural*, desconhecendo-se se está em funcionamento e de que forma; Decreto-Lei n.º 140/2009, que *estabelece o regime jurídico dos estudos, projetos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens culturais classificados*, que não é cumprido, nem sequer pelo Estado; Decreto-Lei n.º 390/2009, que cria problemas graves de classificação de Zonas Especiais de Proteção (ZEP's). A este propósito, chamou a atenção para o perigo que correm algumas cidades históricas, como Évora e Porto, cujas ZEP's não estão definidas e que foram objeto de intervenções condenáveis, do ponto de vista do património.

O Dr. Luís Raposo (ICOM) referiu-se aos documentos de reflexão que o ICOM tem produzido, nos últimos anos, sem grande consequência, e aludiu à Declaração de Lisboa, recentemente adotada como texto fundacional do ICOM. Destacou a importância do património para o desenvolvimento do País e afirmou que as preocupações manifestadas na audição anterior se confirmaram, sendo que a estrutura dos museus se encontra despojada de fundamentos políticos e de capacidade técnica, encontrando-se tutelada por 5 direções gerais ou equiparadas, tendo sido reduzida do ponto de vista das missões e de capacidade técnica. Fez ainda referência à sobreposição de competências e à estrutura anómala, do ponto de vista administrativo, que não resulta em ganhos, relativamente à proximidade aos cidadãos, visto que os museus não dispõem de autonomia. Por último, referiu-se às consequências da lógica centralista, que impede os museus de apresentarem projetos de investigação. Considerou, por último, que o Conselho Nacional de Cultura não funciona, no que se refere à saída de obras de grande valor do País.

O Dr. João Neto (APOM) começou por agradecer a colaboração da Assembleia da República nas iniciativas levadas a cabo conjuntamente e felicitou o Deputado Miguel Tiago (PCP) pela excelente visita que fez à exposição de Álvaro Cunhal, na qual teve oportunidade de participar. Relativamente às alterações na área do património, considerou que ainda passou pouco tempo, para se poder fazer o balanço, mas entende que as novas orientações aproximam o património do território. Afirmou que não existe uma visão estratégica para este setor, sendo que as situações que agora se criticam já se arrastam há anos. Fez referência à política de divulgação dos museus, lamentando que sejam divulgados sempre os mesmos, e à importância da sua internacionalização. Relativamente à saída de obras do País, manifestou o respeito pela propriedade privada e lembrou que a obra de Crivelli passou por dois ministros da Cultura, entendendo que os proprietários não podem ser agora prejudicados. Por último, lamentou a ausência de uma disciplina de cidadania e de cultura nas escolas portuguesas, entendendo que não há política cultural sem sensibilização.

A Sra. Deputada Conceição Pereira (PSD) considerou que os museus têm conseguido preservar o nosso património e lembrou que a sobreposição de competências, a que se referiram, não se cinge a esta área. Afirmou ainda que a descentralização permite a aproximação às populações e deve implicar o envolvimento das autarquias e colocou, de seguida, algumas questões, nomeadamente sobre os concursos públicos para as direções dos museus; sobre a forma como interpretam as palavras do presidente do ICOM de Itália, segundo o qual é necessário uma maior abertura às necessidades da sociedade e encontrar formas de fazer frente à crise. Por último, referiu que vai ser publicada legislação sobre a secção de museus e também relativa ao património material e está também para breve a criação de um Conselho Consultivo, o que corresponde a uma abertura à sociedade.

A Sra. Deputada Inês de Medeiros (PS) afirmou que se mantêm as dúvidas de há um ano, considerando que se reforçaram as competências das Direções Regionais de Cultura mas, por outro lado, criaram-se mecanismos de centralização e burocratização. Considerou fundamental uma estratégia consistente no sentido de uma política de proximidade e de autonomia, entendendo que estruturas mais pequenas são mais ágeis. Colocou, por fim, algumas questões, nomeadamente sobre a regulamentação em falta, sobre os critérios de seleção para os concursos para as direções dos museus, sobre a sobreposição de competências, sobre as poupanças resultantes da perda de autonomia. Por último, considerou que o maior lesado com a saída do quadro de Crivelli é o nosso País, entendendo que a obra deveria estar exposta, pelo que questionou se não deveria ser pública a lista de património móvel.

O Sr. Deputado Michael Seufert (CDS-PP) considerou que não se concretizaram muitos dos fantasmas anunciados, nomeadamente no que se refere ao concurso para diretores, entendendo que este será um bom momento para se compreenderem as implicações deste modelo. Relativamente à requalificação das Cardosas no Porto, considerou que foi muito positivo, do ponto de vista urbanístico, devendo apurar-se responsabilidades, no caso de a lei não ter sido cumprida. Manifestou ainda a disponibilidade para agendar uma audiência no seu Grupo Parlamentar para aprofundar algumas das questões aqui colocadas.

O Sr. Deputado Miguel Tiago (PCP) considerou que não existe contradição entre a política devastadora da direita e a política de Cultura e questionou se a Rede Portuguesa de Museus tem conseguido manter as suas características e cumprir o seu papel; se a centralização que afetou o serviço público de património é um bom exemplo para os outros destinatários da Lei-Quadro; se a descentralização de poder é real, e perguntou ainda se existe risco de incumprimento, por parte Estado, na manutenção de património ou de classificação de património internacional. Relativamente ao quadro de Crivelli, considerou que o Secretário de Estado da Cultura deveria ter ativado os meios necessários para manter a obra no nosso País.

A Sra. Deputada Catarina Martins (BE) afirmou que o Governo tem optado por descurar os compromissos internacionais sobre a preservação do património, entendendo que estas questões exigem uma visão estratégica de longo prazo. Relativamente à venda da obra de Crivelli, considerou que se trata de uma questão de decência.

A Dra. Ana Paula Amendoeira (ICOMOS) reafirmou as suas preocupações em relação ao incumprimento da lei e das obrigações internacionais, nomeadamente no que concerne à demolição de património classificado, que se encontrava em condições de ser recuperado em Évora e no Porto. Lamentou, por fim, a menorização da cultura a que se tem assistido nos últimos tempos.

O Dr. Luís Raposo (ICOM) defendeu os concursos para as direções dos museus, que devem ocorrer o mais rapidamente possível. Considerou que a descentralização que se apregoa corresponde a um reforço da centralização e, relativamente à obra de Crivelli, considerou que os direitos de propriedade têm limites e que deverão existir órgãos técnicos, que aconselhem sobre a perenidade das obras.

O Dr. João Neto (APOM) referiu-se à necessidade de estabilidade, no que se refere à política dos museus, entendendo que se deve deixar experimentar, com tempo, antes de modificar. Considerou que os concursos têm de ser de mérito e não devem ser restritivos. Referiu-se ainda a asfixia do Estado, mesmo em relação aos poucos mecenas que existem.

A Sra. Deputada Catarina Martins (BE) solicitou à Dra. Ana Paula Amendoeira o envio dos documentos a que se referiu na sua intervenção. A Sra. Deputada Inês de medeiros (PS) solicitou a listagem dos incumprimentos identificados pelos ICOMOS.

A documentação da audição encontra-se disponível na [página da Comissão, na Internet](#).

6. Projeto de Lei n.º 414/XII – Cria o Arquivo Sonoro Nacional (PCP)

O Sr. Deputado Miguel Tiago (PCP) apresentou o Projeto de Lei, lembrando que há uma dimensão do património cultural nacional que não se encontra preservada: a musical e sonora, pelo que se propõe a recolha, o registo e o arquivo de toda a produção e edição musical e radiofónica nacional, bem como do registo de toda a difusão.

A Sra. Deputada Inês de Medeiros (PS) saudou a iniciativa do PCP, considerando que existe, de facto, uma lacuna no que se refere a este tipo de arquivo, exemplificando com o caso do Rádio Clube Português, que perdeu muitos dos seus arquivos, aquando do seu encerramento.

A apreciação do parecer foi agendada para a reunião de 18 de junho, cabendo ao PSD a indicação do relator.

7. Iniciativa europeia COM (2013)311 - Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa à restituição de bens culturais que tenham saído ilicitamente do território de um Estado-Membro

A Comissão apreciou a iniciativa e deliberou efetuar escrutínio, tendo sido indicada a Sra. Deputada Inês de Medeiros (PS) como relatora.

8. Outros assuntos

9. Data da próxima reunião

Dia 12.junho.2013 – 10h00

A reunião foi encerrada às 17:30 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 11 de junho 2013

O PRESIDENTE

(Ribeiro e Castro)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Acácio Pinto
Amadeu Soares Albergaria
Ana Sofia Bettencourt
Inês de Medeiros
Isidro Araújo
Isilda Aguincha
José Ribeiro e Castro
Margarida Almeida
Maria Conceição Pereira
Maria José Castelo Branco
Michael Seufert
Miguel Tiago
Nilza de Sena
Odete João
Paulo Cavaleiro
Pedro Delgado Alves
Pedro Pimpão
Rui Jorge Santos
Rui Pedro Duarte
Ana Oliveira
Catarina Martins
Elza Pais
Emília Santos
João Prata
Maria Manuela Tender
Rosa Arezes

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Enes
Heloísa Apolónia
Luís Fazenda

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Duarte Marques